

LOBO, Lidiane Gomes. A participação em um processo colaborativo. Campinas: Instituto de Artes, UNICAMP (Mestrado, Prof^a. Dr^a. Suzi Frankl Sperber, Orientadora), CAPES; Doutoranda; CEART/UDESC; Doutorado; Prof. Dr. Valmor Beltrame, Orientador. Professora e Diretora Teatral.

RESUMO

Por meio do estudo do processo colaborativo, relacionado com a teoria sobre a Ética espinosana, o presente texto pretende discutir sobre o que move as pessoas a participar de um coletivo e questionar qual é a maneira de participar que faz com que cada um possa se colocar efetivamente em um grupo. Em um trabalho coletivo, a participação das pessoas é fator principal de mobilização e construção do projeto. Portanto, refletir sobre o que leva as pessoas a participarem de um grupo e, neste ato de participar, como conciliam o campo individual e subjetivo com uma dimensão mais coletiva, configura-se como um tema importante para a formação do ator e para os grupos teatrais contemporâneos. Como as pessoas participam de um coletivo é determinante para que a ação conjunta aconteça e se torne, tanto geradora de uma reflexão sobre uma postura ética em uma construção teatral colaborativa, como o próprio horizonte ético que facilita e impulsiona o trabalho coletivo. Essa reflexão, desenvolvida durante o mestrado, busca perceber como as posturas éticas estão envolvidas na participação das pessoas em um grupo teatral, para que o desenvolvimento do processo de criação aconteça de uma forma potente e colaborativa para todos os envolvidos.

Palavras-chave: Processo Colaborativo. Ética. Participação.

ABSTRACT

By studying the collaborative process, related with the theory of Spinoza Ethics, this article intends to discuss what moves people to participate in a collective and question what is the way to be in a group in a effectively way. In a collective work, people's participation is a main factor for the mobilization and construction of the project. In this way, think about what drives people to participate in a group and, in this act to participate, how people reconcile the subjective and individual field with a more collective dimension, appears as an important issue of actor training and groups in contemporary theater The way people put themselves in a collective is a determining factor to occur the joint action and becomes a generator of a reflection on an ethical stance on building a collaborative theatrical, and also an ethical horizon that facilitates and promotes the collective work. This research, developed during the master degree, seeks to understand what ethical stances are involved in the participation of people in a theatrical group, in order that the development of the creative process goes on in a powerful and collaborative way for all involved.

Keywords: Collaborative Process. Ethics. Participation.

Em minhas leituras e práticas sobre o processo colaborativo, refletir sobre a participação sempre foi motivo de inquietação. A reflexão sobre o ato

participativo se direcionava para o que move as pessoas a participar de um coletivo e como conciliam sua subjetividade com o campo mais coletivo.

A necessidade dessas reflexões está pautada na própria definição, organização e desenvolvimento do processo, pois, segundo Araújo:

[...] o segundo vocábulo da expressão processo colaborativo materializa a dimensão coletiva do fazer, o construir junto, o criar compartilhado. Este aspecto múltiplo e associativo caracteriza toda a estruturação do processo, que é marcado pela pluralidade e precisa se organizar de forma a atender sua natureza multivocal (ARAÚJO, 2008, p. 87).

No desenvolvimento de um projeto coletivo, muitos entraves e conquistas estão pautados nas relações e maneiras de se estabelecer os vínculos e posicionamentos entre/das pessoas, ou seja, se relacionam com uma esfera mais subjetiva do próprio ato de participar.

“Paciência”, “saber trabalhar em conjunto”, “maturidade”, “confiança”, “radicalização das subjetividades” foram palavras usadas, por alguns estudiosos do processo colaborativo para demarcar características necessárias para que indivíduos se coloquem de uma maneira propositiva no trabalho coletivo.

Por mais que o processo colaborativo tenha seus princípios orientadores bastante objetivos, como por exemplo, a cena ser o guia da criação onde tudo deve ser testado — sejam ideias, propostas ou simples sugestões — o caminho para se chegar a um “consenso” passa pelas relações e suas subjetividades.

Essa esfera da subjetividade diz respeito à visão de mundo de cada pessoa, aos princípios e valores que fazem com que se reconheça como tal: isso nos traz à dimensão ética. A postura ética, portanto, tem grande importância no desenvolvimento dessa proposta coletiva participativa.

Difícil refletir sobre uma participação ética sem cair em julgamentos e preconceitos, pois como dizer qual maneira de se relacionar é mais propositiva, sem levar a discussão para uma visão dualista de “certo e errado”, “bom e mau”, “melhor e pior”. Como pensar sobre isso, sem perder a profundidade e a complexidade das relações humanas e sem esquecer a riqueza da diversidade e pluralidade de olhares característicos dos diferentes modos de vivência e experiência de cada uma das pessoas?

Para tratarmos sobre a participação dos indivíduos dentro do processo colaborativo, elegendo a subjetividade como um dos fatores importantes para se pensar as questões coletivas, é preciso atentar para algumas considerações que este assunto suscita atualmente.

O que é preciso considerar é que “o elogio da subjetividade corre o risco de exaltar as forças antagônicas de si como o livre-arbítrio e o individualismo, que obrigam a regressão da subjetividade despolitizada e dessubjetivada cujo maior perigo é o pensamento que quer tudo relativizar para tudo poder justificar

[...]” (SAWAIA, 2001, p. 123). Isso faz com que a participação ganhe características de “uma ação de foro íntimo, contrapondo-se ao coletivo, como se o interior de cada um fosse o reduto exclusivo do exercício da liberdade, da justiça e da felicidade” (*Idem*, p. 118).

Outro fator a ser considerado vem dessa lógica do capital que submete os homens e suas relações aos interesses fortemente econômicos, ou seja, às imposições de mercado. Por isso, é preciso analisar com rigor crítico a intenção que existe por detrás dessa explosão de interesses pela subjetividade, pois “será que o motivo é o desejo de recuperar a dimensão humana esquecida pelo triunfo da razão positivista ou é a manipulação e exploração mercantil da subjetividade em benefício do lucro, antagônicos à autonomia?” (SAWAIA, 2001, p. 116).

Portanto, ao trazermos a reflexão sobre o papel da subjetividade na participação das pessoas dentro de um coletivo teatral, precisaremos nos atentar para esses perigos discutidos acima, a fim de não superficializarmos as relações dentro do grupo, propondo quase um manual de boas maneiras. E, sabemos que isso é complexo, pois “às vezes, sem perceber, as pessoas estão lutando entre si movidas por impulsos narcisistas, demarcações de territórios ou crises de insegurança. Ao mesmo tempo, também, subsiste a vontade e a necessidade de cooperarem umas com as outras” (ARAÚJO, 2008, p. 73).

Voltando para a questão da participação, de acordo com Sawaia (2001, p. 117), o ato de participar, até os anos 80, trazia uma ênfase na objetividade, na racionalidade e na coletividade, a qual centrava sua forma de atuação em indicadores quantitativos: “participar é arrebanhar o maior número de pessoas para diferentes objetivos coletivos, como reivindicar direitos e benefícios, criar projetos desenvolvimentistas, exercer o direito de voto, fazer greves” (*Idem*, 2001, p. 117). O tempo e o espaço desse modo de participar eram bem definidos, e a temporalidade se pautava pelo período necessário para a realização da atividade planejada e o espaço era sempre público.

Durante a década de 80, a participação começa a ganhar novos contornos e seu sentido estrutural, coletivo e objetivo passa a ser permeado por uma preocupação com a individualidade e a afetividade; desta forma, o espaço do ato de participar adquire novos horizontes. O tempo deixa de ser regido pelas ações pontuais e torna-se o tempo do cotidiano; valores éticos como diversidade, autonomia e emancipação tornam-se o foco da cena deixando a liberdade e a igualdade como atores coadjuvantes. Segundo Sawaia, “essas mudanças são positivas na medida em que superam a dicotomia entre razão e emoção, entre público e privado e o reducionismo estrutural que vê a participação como algo fora do sujeito” (2001, p. 118).

Já na atualidade, o que fica mais evidente sobre o ato de participar é a sua polissemia, isto é, “as formas de participação variam de intensidade, desde a simples adesão até a absorção do indivíduo; de espacialidade, participação ‘face a face’, anônima virtual, local, global; de motivo por obrigação, por interesse, por imposição, por afeto; de temporalidade, longa duração, imediata” (SAWAIA, 2001, p. 119).

Por outro lado, segundo a autora, a participação pode ser *excludente*, ou seja, direcionada ao *status quo*, ou *agregadora* visando à transformação da sociedade, com respeito à sua função social (a dialética exclusão/inclusão). A importância está em refletir sobre o caráter ideológico contido nessa variedade de formas da participação.

Podemos dizer então, que quando refletimos sobre participação, estamos refletindo sobre concepções de sociedade, ética, cidadania, justiça, e que o discurso central dessa reflexão é ético-político. A participação, ainda, possibilita e promove o encontro, já que é por meio da relação que ela acontece (COSTA-PINTO, 2003, p. 44).

Participar não deve ser algo imposto e deve comportar desejos particulares, como fator condicional para se viver bem em coletivo/sociedade. Isto não significa, porém, desconsiderar as estruturas sociais que marcam a pessoa como sujeito histórico (*Idem, ibidem*).

Portanto, pelo fato de o processo colaborativo ter como um dos seus pressupostos definidores um trabalho que busca a horizontalidade das funções artísticas, propiciando um espaço igualitário de proposições entre as pessoas, podemos afirmar que ele se torna uma dinâmica bastante acolhedora para se estabelecer uma participação, includente e transformadora, pautada no subjetivo e na coletividade e que acontece, necessariamente, por meio da relação.

Relacionando a dialética inclusão/exclusão da participação, ao se optar por trabalhar com o processo colaborativo torna-se necessário construir um espaço coletivo que busque a autonomia dos indivíduos e não sua submissão para atender comandos externos de qualquer natureza. Isso é importante para que esse indivíduo se torne realmente participativo, se apropriando das questões coletivas e buscando ampliar a sua potência na relação com o outro como expressão de uma condição existencial.

Acredita-se que quanto mais os indivíduos participam do grupo, mais se fortalecem enquanto sujeitos autônomos, pois reconhecem e afirmam suas aspirações e desejos particulares, na busca por construir um espaço coletivo, radicalmente includente, o qual potencializa todas as próprias individualidades.

Durante os ensaios é bastante comum o choque ou a contraposição de visões de mundo díspares. Tais contradições, contudo, não são extirpadas, mas sim, alimentadas. Ou seja, elas estarão explicitamente presentes dentro da obra, revelando cisões inerentes ao grupo. Por outro lado haverá o movimento de busca por territórios intermediários, mínimos denominadores comuns, enfim, soluções viáveis para que os diferentes pontos de vista sejam atendidos (ARAÚJO, 2008, p. 80).

Como então estabelecer esse “movimento de busca por territórios intermediários” por meio de uma ação embasada em uma postura ética participativa que potencializa tanto os indivíduos quanto o grupo?

Neste momento do texto podemos recorrer a Espinosa que, no livro IV da *Ética*, fala que “a capacidade do homem de ser afetado, e o modo como o é, é determinante na constituição dos valores éticos, pois o que faz a coisa boa ou má é o afeto de que deriva” (FERREIRA, 1997, in SAWAIA, 2001, p. 125).

Não estamos falando aqui da ideia de um bem e de um mal transcendentes e eles também não estão nas coisas. A ideia de bom diz respeito à valorização daquilo que traz a expansão da vida, orientada pelo desejo de ser feliz. Este desejo também não se caracteriza por vontades particulares ou indiferentes a conceitos ideológicos e coletivos. O que faz o ser humano feliz é a disposição de pensar e agir por si próprio (SAWAIA, 2001, p. 124).

Para contribuir com a nossa reflexão sobre a ética da participação, Marilena Chauí nos esclarece — pelo viés espinosano — que a ética só é possível a partir de algumas condições essenciais:

- a) é necessária a existência de um agente que se reconheça como sujeito de sua ação;
- b) esse agente só pode se reconhecer como sujeito da ação se ele for livre para realizá-la;
- c) ele só se sentirá livre para realizá-la se tiver consciência da ação que realiza e
- d) se for capaz de responder por sua ação (In: COSTA-PINTO, 2003, p. 45).

Ou seja, o ato ético espinosano pressupõe um indivíduo que age de forma livre, consciente e responsável. Liberdade, seguindo a filosofia espinosana, não é estar livre da necessidade, mas é estar consciente dela. Ver as coisas como necessárias aumenta o nosso conhecimento sobre elas, e por isso, conseqüentemente, nos faz mais livres, pois o homem livre é aquele que tem consciência das necessidades que o compelem.

Uma participação ética, desse modo, não está pautada pela obrigação, pela moralidade, pela renúncia e pelo altruísmo, mas sim pelo desejo de ser livre e feliz; o ser ético age por si próprio, sem esquecer que é um ser histórico e social e que por isso necessita dialogar com as condições coletivas existentes.

A participação ética em um processo colaborativo só acontece plenamente se os indivíduos que compõem o coletivo agem de maneira autônoma e livre em todas as esferas do trabalho, pois a busca pela liberdade e autonomia é o que rege as ações humanas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, A. **A Encenação no coletivo**: desterritorializações da função do diretor no processo colaborativo. 2008. Tese (Doutorado em Artes Cênicas) – ECA, USP, São Paulo, 2008.

CHAUÍ, M. **Espinosa, uma filosofia da liberdade**. São Paulo, Editora Moderna, 1995.

COSTA-PINTO, A. B. **Em busca da Potência de Ação**: Educação Ambiental e Participação na agricultura caiçara no interior da Área de Proteção Ambiental de Ilha Comprida, SP. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – PROCAM, USP, São Paulo, 2003.

SAWAIA, B. B. Participação social e subjetividade. In: SORRENTINO, M. (org.). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: Educ-FAPESP, 2001.

SAWAIA, B. B. A crítica ético-epistemológica da psicologia social pela questão do sujeito. In: **Psicologia e Sociedade – Revista da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO)**, vol. 10, n. 2, São Paulo: ABRAPSO, 1998.

SPINOSA, B. **Ética**. Tradução e notas Thomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.